



TRANSFORMAÇÕES E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO OESTE DE SANTA CATARINA, NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

GABRIELI ELISA DA COSTA^{1,2}, SAMIRA PERUCHI MORETTO³

1 INTRODUÇÃO

A colonização da região do Oeste catarinense trouxe consigo transformações no meio natural devido a intensa atividade de extração madeireira iniciada no século XX. O bioma presente na região oeste de Santa Catarina é a Mata Atlântica e abriga principalmente a formação florestal de Floresta Ombrófila Mista (FOM) ou Mata de Araucária, que correspondia, no início da colonização, a 42,5% do território da vegetação do estado. Segundo Brandt e Nodari (2011) o desmatamento era realizado com o intuito de limpar as terras para a lavoura. Até metade do século XX, a extração de madeira era uma importante atividade econômica na região, contudo, com a expansão do setor agroindustrial e a escassez de matéria-prima, a partir da segunda metade do século XX (MORETTO, BRANDT, 2019), a madeira era extraída para comércio madeireiro e para fornecer lenha e atender as demandas das agroindústrias que começavam a crescer na região.

Ao passo que o setor da agroindústria crescia na região o meio ambiente continuava sendo modificado pela ação humana, surgem algumas medidas governamentais de suma importância com o intuito de conservar o meio natural, dentre elas, três: a revisão e promulgação do Código Florestal de 1965, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970 e a promulgação da Constituição de 1988, que define a Mata Atlântica como patrimônio nacional, havendo então, a partir disso, um certo controle das ações ao meio ambiente. Este estudo se delimita entre as décadas de 1980 e 1990, permitindo visualizar as principais mudanças tanto na paisagem em si, quanto na legislação de preservação e conservação do meio ambiente no estado.

1 Grupo de pesquisa: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS

2 Doutora em História, Universidade Federal da Fronteira Sul. Orientadora.

3 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário Santa Catarina. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro, IBGE: 1983.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário Santa Catarina. Censos econômicos – 1985. Rio de Janeiro, IBGE: 1991.



2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo histórico das transformações da paisagem no oeste catarinense, bem como analisar as medidas de conservação ambiental implementadas nesse território entre as décadas de 1980 e 1990.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida através da perspectiva da História Ambiental, que, segundo Donald Worster (1991), pode se debruçar na análise de três elementos: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio socioeconômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza, podendo ou não esses elementos estarem interligados numa mesma pesquisa.

Logo, a pesquisa procura compreender de que maneira os indivíduos que chegaram à região com a colonização construíram sua relação com o meio ambiente, analisando quais aspectos culturais, econômicos e socioambientais nortearam esses indivíduos para que suas ações resultassem nas alterações do meio natural que estão presentes ao longo do recorte temporal estudado, tendo em vista que, para Drummond (1991), dentre os aspectos metodológicos necessários dentro da pesquisa através do viés da História Ambiental encontra-se a busca pelo entendimento sobre recursos úteis ou inúteis para as sociedades, considerando que o recurso natural só existe a partir de uma identificação cultural.

Para realização da pesquisa foram utilizadas como fonte relatórios governamentais, legislação nacional, estadual e municipal e censos demográficos. Os dois primeiros forneceram dados sobre as governanças estaduais e municipais e indicaram as principais medidas oficiais que auxiliaram no desmatamento e na conservação ambiental. Os censos demográficos demonstraram o ritmo do povoamento da região, bem como suas principais atividades econômicas. Ademais, também foram consultados alguns periódicos regionais e estaduais, que evidenciaram as diferentes percepções do processo de alteração das paisagens da região, após a colonização. Outra fonte utilizada na pesquisa foi a iconografia, que auxiliou no entendimento visual das transformações da região.

As fontes supracitadas encontram-se em diversos acervos, como o arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), localizado no município de Chapecó, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Rio de Janeiro e Florianópolis), a



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (Florianópolis) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Brasília), sendo estes três últimos acessados por meio da internet devido às complicações pela pandemia do COVID-19, que nos impediu de acessar os acervos presencialmente. Além do trabalho com fontes, foram realizadas leituras teóricas de autores que discutem a transformação da paisagem, preservação e conservação do meio ambiente e oeste catarinense.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da colonização, a atividade extrativista esteve presente na região do Oeste catarinense impulsionada pela indústria madeireira. Com a diminuição de matéria-prima, as áreas desmatadas tornam-se lavouras para a inserção de agroindústrias na região, transformando cada vez mais a paisagem do território.

Somente a partir da década de 1960, com a criação do Código Florestal Brasileiro através da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, medidas mais efetivas começaram a surgir no que diz respeito à conservação e preservação do meio ambiente, no âmbito nacional. Contudo, cabe destacar que na região Oeste do estado de Santa Catarina, dados do Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ do período trabalhado na presente pesquisa demonstram que, mesmo após a instituição do Código Florestal, o desmatamento na região seguia acentuado e o processo de reflorestamento não conseguia acompanhar a extração de matéria prima do bioma. Ademais, é importante mencionar que o reflorestamento dessas áreas desmatadas era realizado com a introdução de espécies exóticas, o que tornava o modelo de reflorestamento mais semelhante a uma monocultura para extração de madeira do que um resgate da área inicialmente derrubada. Em matéria publicada em maio de 1980, no jornal “Diário da Manhã”⁵ demonstra esta situação:

No Brasil, atualmente, há um processo brutal de desmatamento sem que haja, em idêntica proporção, o processo de reflorestamento. E o reflorestamento que se executa é indecente: derruba-se uma floresta nativa, composta por mais de uma centena de espécies diferentes de árvores e se planta, no mesmo local, apenas uma espécie de árvore, geralmente Pinus ou Eucaliplus, ou Kiri. Que nem árvores brasileiras são. O que se faz, na realidade, é promover o plantio de uma lavoura de árvores, um verdadeiro deserto verde onde até os pássaros - na sua sábia intenção - se recusam a fazer seus ninhos. E plantam estas essências exóticas por quê? É por amor à Natureza? Por patriotismo? Por consciência ecológica? Evidentemente que não! Plantam-se estas árvores porque elas têm crescimento rápido, e, em poucos anos, podem ser abatidas e levadas para as poluidoras fábricas de celulose. Plantam-

4 Capital do oeste - cidade das rosas, *Diário da manhã*, Chapecó (SC), Ano I, n. 185, 03 jul. 1980, p. 04

5 Criminoso Desmatamento, *Diário da Manhã*, Chapecó (SC), Ano I, n. 148, 10 e 11 mai. 1980, p. 05.



se estas árvores por ganancioso interesse económico, e não por preocupação conservacionista.

Analisando os periódicos publicados na região dentro do recorte temporal pesquisado, pode-se perceber que na década de 1980, apesar da diferença de números entre a exploração e o reflorestamento, empresas como a Reflorestadora de Santa Catarina esforçavam-se na criação de projetos de reflorestamento para tentar alcançar o passo da extração⁶, através de recursos próprios e obtidos de incentivos fiscais. A partir de projetos como esse, as estatísticas demonstram que 7,3% da vegetação de Chapecó era de reflorestamento, sendo 7,1% do território do município destinado a pastagens e 58,9% para a agricultura⁷.

5 CONCLUSÃO

Por fim, a partir da discussão das fontes e leituras complementares de bibliografias pertinentes a pesquisa, é possível compreender que grande parte das alterações paisagísticas e ambientais ocorridas na região oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1980 e 1990 se deve a razões econômicas, remetidas à colonização do território. Ainda, pode-se dizer que, no que tange às medidas de conservação e preservação ambiental na região, seu surgimento é recente, sendo a maior parte das políticas de reflorestamento voltadas para a lucratividade da extração madeireira ao invés da preservação florestal, e as mais efetivas criadas a partir da década de 1990, como a promulgação da Constituição Federal de 1988, que considera a Mata Atlântica como patrimônio nacional, havendo, a partir de então, um controle mais rígido nas alterações do bioma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

⁶ Refloresc já tem projeto para plantar e reflorestar áreas que somam 40 mil hectares, *Diário da Manhã*, Chapecó (SC), Ano I, n. 159, 27 mai. 1980, p. 03.

⁷ Graduanda do curso de História na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó. Bolsista. Contato: gabrieli.costad@gmail.com



MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

Palavras-chave: História ambiental; transformação da paisagem; preservação ambiental; oeste catarinense.

Registro no sistema Prisma: PES-2020-0155.

Financiamento: UFFS.